

telefones nas grandes cidades brasileiras, como São Paulo, atingindo a cifra espantosa dos 300 mil, no Rio de Janeiro, Santos, etc. Portanto, o momento é o de realmente encampar ou desapropriar todas as empresas estrangeiras que explorem serviços públicos. Mas que isso se faça com as cautelas necessárias, a fim de se evitarem os excessos as injustiças e possam as referidas companhias receber a justa paga pelos bens a serem encampados ou desapropriados. Por estas razões é que reclamamos, desta tribuna parlamentar do povo paulista, maiores esclarecimentos sobre a real situação da intervenção federal na Companhia Telefônica Brasileira, em relação à desapropriação feita pelo Sr. Carlos Lacerda na Guanabara, para que esta palavra encampação, de sentido econômico altamente moral, não fique à mercê dos ataques premeditados visando a sua desmoralização e descrédito.

Sr. Presidente, apresentamos projeto de lei, declarando de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, entidade altamente benemerita que tem colocado em relevo a grandeza de coração dos seus dirigentes.

O jornal "Gazeta Mercantil", de São Paulo, faz hoje 42 anos. Trata-se de um jornal dinâmico e empreendedor, especializado em assuntos econômico-financeiros, e que merece as melhores referências deste Parlamento. Daí endereçamos à "Gazeta Mercantil" os nossos cumprimentos pela auspiciosa data.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. deputados, quero contestar as afirmações do nobre deputado do P.D.C., Modesto Guglielmi. A delegação do Sr. Presidente da República João Goulart, aos Estados Unidos, foi composta de 30 elementos, e não de 150, como foi propalado. Aliás, a imprensa carioca fez justamente vários comentários no sentido de alertar a opinião pública, de que muitos auto-convidados, elementos que querem cartaz paralelamente ao Sr. Presidente da República, viajaram por conta própria e anunciaram nos jornais do País de que são convidados do Governo.

Entretanto, o Sr. João Goulart vem surpreendendo 70 milhões de brasileiros pelo seu equilíbrio, serenidade e bom senso, e não seria nesta hora, em que ele vai dialogar de igual para igual com o governo norte-americano, que daria demonstração de irresponsabilidade.

Portanto, verberamos as expressões do nobre deputado Modesto Guglielmi, e podemos afixar a opinião pública do Brasil, de que a delegação oficial é composta de 30 pessoas de alta gabarito e de representação nacional. Os outros, que foram por conta própria, é problema doméstico, e esta Casa não pode, em nome de nenhum deputado, protestar contra o que não existe, contra uma miragem.

Portanto, mais uma vez reafirmamos a nossa admiração ao Sr. Presidente da República, que vem se desincumbindo do seu mandato com elegância, sobriedade e sobriedade. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES (Sem revisão da oradora) — Sr. Presidente e Srs. deputados, jornal desta capital publica esta notícia: (Lê) "Os banqueiros não escondem que o volume dos depósitos privados brasileiros nos Estados Unidos é superior a US\$ 500 milhões e que brasileiros abrem, em média, 50 novas contas por dia, nos bancos privados daquele país. Nessas condições, se perguntam muitos americanos: como pretender que os estrangeiros vão para o Brasil, com seus capitais, se os próprios brasileiros estão fugindo de seu país?"

Sr. Presidente, o governo deste país precisa tomar medidas a respeito deste acontecimento. (Muito bem!) Não é possível que brasileiros irresponsáveis, aventureiros, maus patriotas, procedam desta maneira, prejudicando as finanças do nosso país, aqui e fora das nossas fronteiras! Então, precisamos recorrer a empréstimos, inclusive externos, e essas "tubarões" e maus patriotas (muito bem!) desviam dinheiro do país, em dólares, para abrir contas em bancos no estrangeiro, nessa soma assustadora de 50 novas contas por dia? É um montante astronômico. Este país precisa tomar jeito. Aquêles fujão da 204 criou uma situação de agiotagem oficial, com as letras de exportação. Agora, sabe-se que isso está acontecendo há já algum tempo e tudo está na mesma.

Vou encaminhar ao Sr. Presidente da República, tão logo regresso ao país, e ao Sr. 1.º Ministro, os dados que tenho a respeito. Tenho certeza de que contarei com o apoio desta Casa nesse meu protesto. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jacob Pedro Carolo. (Pausa) Tem a palavra o nobre deputado Rocha Mendes Filho.

O SR. ROCHA MENDES FILHO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, venho hoje a esta tribuna para focalizar assunto de grande gravidade e que diz respeito, bem de perto, ao próprio funcionamento do regime.

A 26 de agosto de 1958, o Governador de então promulgou a Lei n. 4.819, aprovada por esta Assembléia e que criou o Fundo de Assistência Social do Estado.

Essa lei, de profundo alcance social, trouxe novo alento e novas esperanças a ponderável parcela de trabalhadores de São Paulo.

Assim é que, sendo diploma legal de caráter eminentemente previdenciário, se constituiu em garantia de reformulação de reivindicações como complementação de aposentadoria, salário-família e licença-prêmio para funcionários de BANESPA, CAGESP, VASP, CEASA, CELUSA, USELPA e CHERP, isto é, melhoria de condições assistenciais para servidores e beneficiários de servidores falecidos das sociedades de economia mista, dos serviços industriais e das autarquias do Estado.

Houve, portanto, a concretização do processo de elaboração legislativa. Esta Casa apreciou o projeto de lei respectivo, emitiu os pareceres correspondentes, discutiu a matéria e aprovou a proposição. Remetido o autógrafo ao Chefe do Executivo recebeu dele a indispensável sanção.

— (Assume a Presidência a Sra. Conceição da Costa Neves) Era, pois, a lei, em toda a sua plenitude, criando direitos e obrigações, vigorando efetivamente.

Acontece, porém, que assim não o entendeu e ainda não o entendeu o Poder Executivo.

A Lei n. 4.819 existe apenas no papel. O Governo nega-se a dar-lhe execução. Foge, destarte, ao cumprimento de uma sua obrigação constitucional, fazendo pouco da lei, arvorando-se em super autoridade, ignorando que o poder que exerce também é uma delegação popular que somente em nome do povo pode e deve ser exercido, dentro dos postulados nos quais se firma o regime.

É lamentável constatar que por essa omissão injustificável do Poder Executivo, beneficiários da lei já tiveram que bater às portas da Justiça para fazer valer os seus indiscutíveis direitos.

Qual norma de administração planejada e racional é essa?

Um governo que faz alarde de querer inaugurar nova forma de governar, em que tudo se faz sob medida e dentro de um plano, trai-se quando, na sua ação — ou omissão — desvirtua a própria finalidade do ato de governar.

Deve o Poder Executivo dar sempre o exemplo de respeito à lei, cumprindo suas determinações, ou mais claramente, executando a lei, que para isso ele existe como poder constituído.

O caso que hoje focalizamos serve como exemplo — e bastante eloquente —, mas, infelizmente, não é único.

É preciso que esta Casa, em cuja atuação reside a base e a essência do nosso regime, encete uma campanha séria e de profundidade no sentido de valorizar a lei.

Não nos devemos conformar com a situação de desrespeito às normas daqui emanadas e não consideradas pelo Poder Executivo. As leis existem para serem cumpridas.

Cumpra-as o Sr. Governador.

Cumpra-as nos seus exatos termos, que não estará fazendo mais do que, tão-somente, cumprir o seu dever!

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Sra. Presidente e Srs. deputados, volto à tribuna para referir-me à questão da Cosipa, vale dizer, à sua diretoria. E agora, Sra. Presidente, trago o inteiro teor da ata da assembléia extraordinária realizada no dia 20 de março passado. Nela se encontra um trecho que interessa ao problema da manutenção da atual diretoria, em cuja presidência está o Sr. Francisco de Paula Vicente de Azevedo:

"Em seguida o Sr. Presidente declarou que se iria passar à discussão do quarto item da ordem do dia, relativo à eleição de membros da Diretoria e do Conselho Consultivo, em virtude de renúncias apresentadas. Pedindo a palavra pela ordem o Dr. João Ascânio de Moura Tubino, representante do BNDE, informou que o Sr. Deputado Leocádio de Almeida Antunes, Presidente do Banco era depositário de um pedido de renúncia coletiva da atual Diretoria da Companhia. No entanto, considerando que a atual diretoria da COSIPA merecia toda confiança, à vista dos resultados apresentados em sua gestão como tal, ficara patente pela verdadeira consagração recebida por ocasião da votação do relatório e contas do exercício de 1961, na Assembléia Geral Ordinária, há pouco realizada, o Sr. Presidente do BNDE não cogitava da indicação de nomes em substituição, de medo que a eleição da nova diretoria devia ser objeto de consideração em outra oportunidade, se os atuais Diretores insistissem na renúncia. Não tendo sido aceita a renúncia da atual Diretoria e, por conseguinte, não havendo cargos vagos a ser preenchidos, o representante do BNDE

propunha que este item da Ordem do Dia não fosse levado em consideração devendo o assunto ser discutido em outra ocasião. Com a palavra, pela ordem, o Dr. Lupericio Marques de Assis, representante do Governo do Estado de São Paulo, indagou se o pedido de renúncia dos Diretores da COSIPA deveria ser examinado pela Assembléia Geral do acionistas ou pela Diretoria do BNDE. Esclareceu o Dr. Francisco de Paula Vicente de Azevedo quem desde de fim de setembro, toda a Diretoria estava demissionária, tendo sido ele o portador da renúncia coletiva oferecida ao Sr. Presidente do BNDE, com exceção do Sr. Vice-Presidente. Assim, à vista da informação prestada pelo representante do BNDE julgava que a Assembléia Geral deveria deliberar preliminarmente, sobre se o pedido de renúncia seria ou não objeto de deliberação. O Sr. representante da Fazenda do Estado, novamente com a palavra, afirmou que, desde que o assunto fora incluído na ordem do dia, entendia que a Assembléia Geral deveria se manifestar, expressamente, sobre a manutenção ou não da atual Diretoria, procedendo-se neste último caso, a eleição de nova Diretoria. Pedindo a palavra, pela ordem, asseverou o Dr. Vicente de Azevedo que, estando a Diretoria demissionária desde setembro, não podia continuar nesta situação, e que os Diretores somente permaneceriam em seus cargos se a Assembléia de Acionistas confirmasse expressamente sua investitura e lhes outorgasse um voto de confiança; em caso contrário, manteria, seu pedido de demissão. Pelo Sr. Presidente foi posta em votação a proposta no sentido de ser mantida a atual Diretoria, com a outorga de um voto de confiança, tendo a proposta e o voto sido aprovados por unanimidade de votos. A vista do resultado da votação, o Sr. Presidente declarou que os membros da atual Diretoria continuam no exercício dos seus cargos. O Dr. Vicente de Azevedo agradeceu, em breves palavras, a manifestação da Assembléia, afirmando que, animados por ela, os Diretores se esforçarão, ainda mais, por corresponder à confiança neles depositada."

Faço a esta Ata, o deputado que ocupa a tribuna e mais os Srs. deputados Araripe Serpa, Eduardo Barnabé, Casildo Branco, Wilson Lapa, Walter Menck, Ioshifumi Utiyama, Arruda Castanho, João Hornos Filho, Athié Jorge Coury, Germinal Peijó, Leônidas Ferreira, Jacob Zveibil, Lincoln Feliciano, Ciro Albuquerque, Leônicio Ferraz Júnior, José Maria Costa Neves, Costabile Romano, Alberto Silva Azevedo, João Sussumu Hirata, Arlônio Sampaio, Juvenal Rodrigues de Moraes, Orlando Zancaner, Lavídeo Luchesi, Hilário Torloni, Murillo Sousa Reis, Osvaldo Santos Ferreira, Scalamandrê Sobrinho, Dante Perri, Bento Dias Gonzaga, Antonio Mastrocola, Vicente Botia, Carlos Kherlakian, Camillo Ashcar, Waldemar Lopes Ferraz Conceição da Costa Neves e Onofre Gosuen, encaminham ao Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico o seguinte telegrama:

(Lê) "Deputados com assento na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo congratulam-se pelo voto de confiança emprestado à Diretoria da COSIPA na Assembléia Geral Extraordinária realizada a 20 de março, pelos Srs. acionistas, face ao trabalho realmente prestado à empresa de economia mista, consoante expressões de Sua Senhoria o Doutor João Ascânio de Moura Tubino, representante no ato do Deputado Leocádio de Almeida Antunes, Presidente do BNDE e maior acionista da COSIPA, mantendo-se assim a antiga diretoria que era demissionária desde setembro do ano passado e presidida pelo excelente homem público Dr. Francisco de Paula Vicente de Azevedo, que foi mantido ao lado de seus companheiros de diretoria, pela unanimidade dos votos da Assembléia. Empreendedor, ativo e patriota, tem Francisco de Paula Vicente de Azevedo o apoio dos Deputados signatários de todas as correntes partidárias que aproveitam o ensejo para cumprimentar o Dep. Presidente do BNDE, desejando-lhe uma gestão profícua em favor do desenvolvimento deste país. (Ass.) Farabulini Júnior — deputado".

Assim, Sra. Presidente, fica bem clara a posição da Assembléia da Cosipa, e, bem assim, a dos deputados desta Casa, de prestígio àquele Diretoria.

Segundo assunto, Sra. Presidente: estou encaminhando à Mesa Projeto de Lei que exclui da incidência do imposto do selo por verba casas de diversões públicas e entidades recreativas, disciplinando a expedição de alvará de licença anual às mesmas e dando outras providências.

(N. da T. — O projeto a que se referir o orador vai publicado no final da sessão).

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Leonardo Cerávolo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Scalamandrê Sobrinho. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sólton Borges dos Reis.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, o Egrégio Conselho Estadual de Ensino Superior emitiu, em boa hora, judicioso parecer inteiramente favorável à imediata instalação da Faculdade de Ciências Econômicas, criada por lei aprovada por esta Assembléia e sancionada pelo Sr. Governador do Estado, na próspera e culta cidade de Araçatuba. Quando assim procedeu, o Conselho Estadual de Ensino Superior não o fez para atender apenas aos reclamos da Ordem dos Economistas, ou do Sindicato dos Contabilistas, que também se pronunciaram a favor dessa medida. Mas o fez tendo em conta que o Estado de São Paulo, pelo poder público estadual, não possui nenhuma faculdade desse gênero em todo o território paulista. Dos 550 municípios do Estado, apenas a Capital possui uma Faculdade de Ciências Econômicas, vinculada à Universidade de São Paulo. O interior está desprovido dessa unidade educacional de nível superior. No governo anterior, já tinha sido nomeado o Professor Joaquim Dibo, ilustre homem público de Araçatuba, ilustre educador, um idealista por excelência, para tomar as providências iniciais para a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas em Araçatuba. Já estamos, depois disso, com mais de 3 anos decorridos e agora é o momento, Sra. Presidente e Srs. deputados, para que o Executivo Paulista providencie a instalação desde já, para funcionamento em 1963, da Faculdade de Ciências Econômicas de Araçatuba. Araçatuba é um grande centro demográfico, uma populosa região em alto grau de desenvolvimento econômico e cultural. Com essa instalação o interior de São Paulo, especialmente a Noroeste, estará servida com justiça, mas o beneficiário não será apenas o interior, será todo o Estado, porque, para atingirmos o nível de desenvolvimento geral da nação temos necessidade de economistas, temos necessidade de facultades desse tipo, a fim de que haja igualdade de oportunidade de educação para aqueles que dispõem das condições pessoais necessárias. Renovo, neste instante, ao Sr. Governador do Estado e ao Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, o grande Professor Ulhôa Cintra, o meu apelo, muitas vezes trazido a esta tribuna, no sentido de que determinem, o quanto antes, as providências iniciais a fim de que seja instalada, tão logo quanto possível, e venha a funcionar em 1963 a Faculdade de Ciências Econômicas que a lei criou no Município de Araçatuba.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Benedito Matarazzo.

O SR. BENEDITO MATARAZZO — Sem revisão do orador — Sra. Presidente, Srs. deputados, está em festa, no dia de hoje, uma das mais florescentes cidades do Vale do Paraíba, e com ela toda uma região.

Comemora hoje, Sra. Presidente e Srs. deputados, a progressista Jacareí mais um aniversário de sua elevação à cidade, evento que neste instante está sendo festejado, encontrando-se numa fase extraordinária de evolução em todos seus setores de atividades.

Situada à margem do Rio Paraíba, tem Jacareí na cultura do arroz o tomate o seu forte na área agrícola, destacando-se a contribuição inestimável da simpática colônia japonesa.

Pecuária extremamente desenvolvida e parque industrial dos mais avançados, recebe dia a dia a simpática terra de Antônio Afonso mais organizações industriais, transformando-a, gradativamente, em autêntica "Manchester" da região.

Não foi sem luta que Jacareí atravessou esses seus comemorados 113 anos de vida como cidade.

Houve instantes dramáticos na vida de sua gente, a qual, com espírito inquebrantável e extraordinária capacidade de luta, sobrepôs-se a toda a sorte de adversidades.

Com uma população de aproximadamente 50 mil almas, oferece Jacareí um aspecto interessante na percentagem de habitantes da classe operária, verdadeiros heróis de uma linha árdua de luta, mas reais colaboradores do progresso daquela grande terra.

Centro cultural dos mais significativos, com uma sociedade impecável, esta Assembléia Legislativa não poderia ficar insensível a tão gratíssima efeméride. Por isso, Sra. Presidente, desta tribuna, nos congratulamos com a extraordinária Jacareí, com seu Executivo, seu Legislativo, seus trabalhadores e seus intrepídios órgãos de imprensa falada e escrita, pelos seus 113 anos de vida como cidade que orgulha uma região.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — Sem revisão do orador. — Sra. Presidente e Srs. deputados, já não se pode justificar mais as contínuas crises de farinha de trigo no país, senão pela displicência ou imprevisão do Governo Federal.

Em São Paulo, Estado de maior consumo, a carência vem continuamente colocando em posição aflitiva os panificadores, cujos estoques de farinha de trigo são sempre insuficientes.

Até quando ficarão os panificadores aguardando novos suprimentos de farinha de trigo? Alegam os moageiros que a situação do abastecimento é bastante grave e que não raro vêm-se obrigados a paralisar suas indústrias por falta de trigo.